

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Valores em Reais)

Srs. Acionistas, Em atendimento a dispositivos legais, estatutários e normas pertinentes, apresentamos às V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas de VOA SP SPE S.A., relativas ao exercício findo em 2023, comparativas com 2022 devidamente aprovadas pelos administradores em 21/02/2024. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários sobre estas demonstrações.

Balanços Patrimoniais			
Ativo	N.E.	2023	2022
Ativo Circulante		3.828.221,67	3.251.777,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	499.479,88	78.127,80
Clientes	12	3.131.318,83	2.953.810,28
Impostos a Recuperar	3,2	-	13.494,92
Créditos a Receber		42.302,19	2.430,54
Despesas Antecipadas	5	155.120,77	192.740,40
Créditos a Receber Coligadas		-	11.173,96
Ativo Não Circulante		32.294.679,20	33.825.423,62
Créditos em Contencioso LP		233.047,99	164.915,50
Imobilizado	6	12.326.378,07	13.075.781,08
Intangível	7	19.735.253,14	20.584.727,04
Total do Ativo		36.122.900,87	37.077.201,52
Passivo		7.330.846,56	7.448.563,86
Passivo Circulante		1.575.057,46	1.705.981,06
Fornecedores	8	1.575.057,46	1.705.981,06
Obrigações Trabalhistas	3,6	71.339,94	48.294,09
Obrigações Tributárias		1.476.611,36	1.353.492,02
Empréstimos e Financiamentos	9	3.141.140,84	3.178.402,59
Outras Obrigações	3,5	250.305,39	425.593,79
Outras Obrigações Coligadas		103.581,80	149.838,90
Obrigações Sociais	3,5	712.809,77	586.961,41
Passivo Não Circulante		10.909.373,85	15.835.299,92
Obrigações Tributárias		1.392.421,87	2.196.258,17
Empréstimos e Financiamentos	9	10.497.900,94	13.639.041,75
Provisões Contingências	13	489.748,59	-
Dividendos Obrigatórios a Pagar		10.302,45	-
Patrimônio Líquido		16.401.680,46	13.793.337,74
Capital Social	11	13.749.959,00	13.749.959,00
Reservas de Lucros		2.651.721,46	43.378,74
Total do Passivo		36.122.900,87	37.077.201,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Mutações	Capital Social	Reservas de Lucros			Total
		Reserva Legal	Sd. Disp. A60	Lucros/Prej. Acumulados	
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	13.749.959,00	-	-	(2.625.940,61)	11.124.018,39
Lucro do Exercício	-	-	-	2.669.319,35	2.669.319,35
Constituição de Reserva Legal	-	2.168,94	-	-	(2.168,94)
Transf. Res. Lucros Disp. Assembleia	-	-	41.209,80	-	(41.209,80)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	13.749.959,00	2.168,94	41.209,80	41.209,80	13.793.337,74
Distribuição Dividendos Obrigatórios	-	-	(10.302,45)	-	(10.302,45)
Lucro do Exercício	-	-	-	2.618.645,17	2.618.645,17
Constituição de Reserva Legal	-	130.932,26	-	-	(130.932,26)
Transf. Res. Lucros Disp. Assembleia	-	-	2.487.712,91	-	(2.487.712,91)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	13.749.959,00	133.101,20	2.518.620,26	-	16.401.680,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	2.618.645,17	2.669.319,35	(+/-) Obrigações Sociais	10.302,45
(+) Depreciação e Amortização	2.164.835,04	1.271.155,62	(-) Fluxo de Caixa Líquido Operacional	4.245.515,76
(+) Custo Imobilizado Baixado	69.500,54	-	Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	3.924.495,18
(+) Provisão Trabalhista e Contingência	615.596,95	-	Imobilizações em Andamento	(635.458,67)
Resultado Líquido Ajustado	5.468.577,70	3.940.474,97	(-) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(635.458,67)
Variáveis das Contas de Ativo e Passivo			Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	(1.178.788,23)
(-/+ Clientes	(177.508,55)	(820.088,10)	Empréstimos e Financiamentos	(3.178.402,56)
(-/+ Impostos a recuperar	13.494,92	(2.061,64)	Distribuição de Dividendos	(10.302,45)
(-/+ Créditos a Receber	(96.830,18)	(57.373,14)	(-) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	3.188.705,01
(-/+ Despesas Antecipadas	37.619,63	(12.382,23)	Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(1.178.788,23)
(-/+ Fornecedores	(130.923,60)	(99.384,46)	Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos	(3.178.402,56)
(-/+ Obrigações Trabalhistas	23.045,85	(30.865,31)	Empréstimos e Financiamentos	(3.178.402,56)
(-/+ Obrigações Tributárias	(680.716,96)	322.394,62	Distribuição de Dividendos	(10.302,45)
(-/+ Outras Obrigações	(221.545,50)	368.262,19	(-) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	3.188.705,01
			Gerção (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.213.520,08
			Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	78.127,80
			Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	499.479,88
			(-) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	421.352,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados				
Receita Operacional Bruta	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receita Operacional Líquida	20.303.325,68	18.042.564,73	Resultado Financeiro	6.597.090,15
(-) Custo dos Serviços Prestados	(9.404.774,53)	(8.401.993,29)	Resultados Financeiros	(3.016.309,21)
Lucro Bruto	10.898.551,15	9.640.571,44	Receitas Financeiras	119.503,74
Receitas (Despesas) Operacionais	(4.301.461,00)	(2.696.331,05)	Despesas Financeiras	(9.335.812,95)
Despesas Gerais e Administrativas	3,8	(5.063.951,57)	Lucro Antes do IRPJ e CSLL	3.580.780,94
Outras Receitas e Despesas Operacionais	762.490,57	959.802,56	Imposto de Renda e Contribuição Social	(962.135,77)
			Resultado Líquido do Exercício	2.618.645,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto Operacional: A Voa SP SPE S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, com prazo de duração necessário à execução de seu objeto, constituída na forma de sociedade anônima e existente de acordo com as leis brasileiras, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Seu objeto social específico e exclusivo é a ampliação, manutenção e exploração dos seguintes Aeroportos delegados pela União Federal ao Estado de São Paulo: i) Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiá; ii) Arthur Siqueira, em Bragança Paulista; iii) Campos dos Amarais, em Campinas; iv) Gastão Madeira, em Ubatuba e iv) Antônio Ribeiro Nogueira Jr., em Itanhaém (todos no Estado de São Paulo). A execução do objeto social é regida por Contrato de Concessão com a ARTESP concessão esta, autorizada pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto nº 61.633/2015 (nas condições determinadas do Decreto Federal nº 7.624/2011). Referido contrato foi firmado por um prazo de 30 (trinta) anos, prorrogável de acordo com determinações específicas. **2. Apresentação das Informações Contábeis:** (a) Base de preparação: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações nos Pronunciamentos Contábeis - CPC e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial a NBC TG 26(RS), de forma a assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis da Companhia, de períodos anteriores, quanto com as de outras Entidades. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Aprovação das informações contábeis:** A apresentação das informações contábeis foi aprovada e autorizada em reunião dos membros da Diretoria em 21 de fevereiro de 2024. (b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. (c) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras estão apresentadas em real sem arredondamento, exceto quando indicado de outra forma. (d) Estimativas e premissas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de certas estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, mensuração de instrumentos, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos a cada trimestre. **3. Políticas Contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.2. Impostos a recuperar:** Rubrica utilizada para contabilização, quando existente, do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras mensuradas ao valor recuperável. **3.3. Ativo imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciações acumuladas. A depreciação dos ativos imobilizados é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos imobilizados, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.4. Ativo intangível - Direito de outorga ou direito de concessão (concessão onerosa):** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de Concessão de Serviços:** O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. A receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo, sendo detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A contabilização de contratos de concessões está relacionada ao reconhecimento contábil do direito de outorga no início ou ao longo do prazo de concessão. **Direito de Outorga:** O direito de explorar a concessão foi pago ao poder concedente, reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível. O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pelo tempo de concessão, que tem como prazo 30 anos e como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, após a execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares aeroportuários. É explorada em regime de cobrança tarifária e de outros serviços prestados aos usuários. **Outros Intangíveis:** A Companhia possui ativos intangíveis por ela adquiridos e que têm vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **3.5. Obrigações e Provisões:** As obrigações e provisões são reconhecidas quanto existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, com resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido com um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida

de qualquer reembolso. **3.6. Salários e Benefícios a Empregados:** As despesas com pessoal ou créditos na demonstração do resultado do período são registradas em "Salários e Benefícios" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período. **3.7. Reconhecimento da Receita:** A receita será reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida das receitas referente tarifas, cessão de área e serviços aeroportuários. As receitas são reconhecidas e contabilizadas por regime de competência contábil. **3.8. Reconhecimento de Custos e Despesas:** Os custos e despesas são reconhecidos e contabilizados por regime de competência contábil. **3.9. Informações por Segmento:** O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As operações da Companhia consistem na prestação de serviços no segmento aeroportuário no território brasileiro (Aeroportos), mais especificamente no Estado de São Paulo. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Caixa 1.478,39 1.492,46 Bancos - C/Mov. e Aplic. Liquidiz. Imediata 498.001,49 76.635,34 Total 499.479,88 78.127,80 A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Despesas Antecipadas:** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Prêmios de Seguros a Apropriar 155.120,77 192.740,40 Total 155.120,77 192.740,40 As despesas antecipadas são despesas pagas, incorridas ou devidas com antecedência, mas, referindo-se a períodos de competência subsequentes. As despesas serão apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. **6. Imobilizado:** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Taxa % Custo Histórico Depreciações Acumuladas Líquido Líquido Equipamentos 10% 42.379,00 (26.086,28) 16.292,72 20.519,06 Equipamentos de Informática 20% 160.201,18 (159.277,18) 924,00 11.164,62 Móveis e Utensílios 10% 42.735,00 (26.783,09) 15.951,91 20.213,72 Equipamentos Aeroportuários 10% 14.433,72 (8.589,01) 5.844,71 7.284,12 Projetos em Andamento 14.565.861,03 (2.278.496,30) 12.287.364,73 13.016.599,56 Total 14.825.609,93 (2.499.231,86) 12.326.378,07 13.075.781,08 Os bens tangíveis que compõe o ativo imobilizado são controlados individualmente através de controle auxiliar informatizado de patrimônio e depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. **Teste de Recuperabilidade de Ativos:** A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A Administração entende que não houve necessidade de constituir provisão para perdas dos principais bens integrantes do ativo imobilizado tangível e intangível NBC TG 01 (R4). **7. Intangível:** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Taxa % Histórico Depreciações Acumuladas Líquido Líquido Direito de Outorga 3,33% 25.099.916,37 (5.368.593,23) 19.731.323,14 20.567.987,02 Direito de Uso de Software 20% 135.688,73 (135.688,73) - 12.763,54 Operacionais 20% 1.244,49 (1.244,49) - 46,48 Marcas 0% 3.930,00 - 3.930,00 3.930,00 Total 25.240.779,59 (5.505.526,45) 19.735.253,14 20.584.727,04

A Conta Direito de Outorga refere-se a contrato de concessão e está relacionado ao reconhecimento contábil do direito do início ao longo do prazo de 30 anos de concessão. Ressalta-se que o contrato de concessão não representa um direito de uso sobre a infraestrutura, como é o caso do arrendamento, o poder concedente mantém o controle sobre a mesma. O concessionário tem sim um direito que é representado pelo acesso à infraestrutura para prover o serviço público em nome do poder concedente, nos termos do contrato. Assim, se e quando reconhecido, é um ativo intangível, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 04. O direito de outorga é decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto no contrato. **8. Fornecedores** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Fornecedores Diversos 1.575.057,46 1.705.981,06 Total 1.575.057,46 1.705.981,06 O saldo desta conta está devidamente detalhado e conciliado nos registros contábeis da Companhia e não representam risco de liquidez ou de não pagamento. Não há pendências antigas ou significativas de pagamentos, pois eles são realizados praticamente a vista. **9. Empréstimos e Financiamentos** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Curto Prazo Longo Prazo Total Total Outros Empréstimos 229.413,68 688.241,92 917.655,60 1.184.331,06 Desenvolve SP 2.911.727,16 9.809.659,02 12.721.386,18 15.633.113,28 Total 3.141.140,84 10.497.900,94 13.639.041,78 16.817.444,34 Os saldos mais relevantes em 31/12/2023 referem-se a recursos obtidos através da instituição Desenvolve SP, representados por duas Cédulas de Crédito Bancário, sendo uma na modalidade BNDES Automático, no valor de R\$ 5.221.342,90 e outra FIP - Financiamento ao Investimento Paulista no valor de R\$ 2.500.043,28. **10. Partes Relacionadas** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Custo de Mútuo 917.655,60 1.184.331,06 Total 917.655,60 1.184.331,06 Os saldos em 31/12/2023 referem-se a operações de mútuo realizadas com Acionistas da SPE, formalizadas por contratos de mútuo. **11. Capital Social:** O Capital social está dividido em 13.749.959 (treze milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **12. Receitas Tarifárias** Descrição 31/12/2023 - R\$ 31/12/2022 - R\$ Receitas Tarifárias a Receber 3.131.318,83 2.953.810,28 Total 3.131.318,83 2.953.810,28 Receitas decorrentes das tarifas aeroportuárias dos Aeroportos Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiá, Arthur Siqueira, em Bragança Paulista, Campos dos Amarais, em Campinas, Gastão Madeira, em Ubatuba e Antônio Ribeiro Nogueira Jr., em Itanhaém, todos no Estado de São Paulo. **13. Contingências:** Com base na avaliação de riscos prováveis, sustentados por documentos enviados por nossa Consultoria Jurídica, as provisões foram reconhecidas por entender a empresa que tem uma obrigação, como resultado de eventos passados e sendo provável que será exigida a VOA SP a transferência de benefícios econômicos para liquidar tal obrigação, sendo o valor estimado razoável e confiável, coerente com o CPC 25 - IAS 37. Estes processos não contemplam a atualização da dívida. A Administração da Companhia, com base na opinião de sua Consultoria Jurídica, entendeu não ser necessária a constituição de provisão contábil para cobrir possíveis contingências civis, tributárias ou trabalhistas. As contingências apontadas por nossa consultoria jurídica, com prognóstico de possível perda, não ultrapassam o montante de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais). **14. Instrumentos Financeiros:** Na data do balanço, os instrumentos financeiros apresentados, correspondem basicamente às aplicações financeiras, aos contratos de empréstimo e aos saldos das transações com partes relacionadas, cujos valores contábeis equivalem-se aos valores de mercado. **15. Riscos Financeiros:** A Companhia não está exposta a riscos financeiros diretos, nem cambiais, uma vez que os ativos e passivos da empresa estão representados exclusivamente em moeda nacional. Também não existem sazonalidades pontuais por conta dos seus investimentos, que possam de alguma maneira representar prejuízo nas suas receitas e resultados.

Marcel Gomes Moura - Diretor-Presidente - CPF 514.896.516-91
Contador - Antônio Carlos Costa - CRC ISP 102097/6-4 - CPF 208.629.468-91

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 15/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link